

AS VIAGENS DE AUGUST DE SAINT-HILAIRE (1820 E 1821) E SUAS NARRATIVAS SOBRE OS GUARANIS DOS SERTÕES MERIDIONAIS

Jessica Caroline de Oliveira ¹
Amanda Cieslak Kaap ²

INTRODUÇÃO

Resumo: Sabendo das nuances que a figura das etnias indígenas passou ao longo do processo de colonização, conquista e contato com viajantes, exploradores e com a sociedade envolvente, entende-se que o conjunto de representações legadas a estes sujeitos se orquestrou por meio de impressões que partiam de situações de diálogo, estranhamento e curiosidade de seus escritores/observadores. Por isso, é comum encontrar na literatura dos séculos anteriores ao oitocentos dicotomias pautadas em aspectos culturais, linguísticos e de proximidade com os preceitos ocidentais. No século XIX, todavia, o que se observa é que as formas de representar estes personagens pautaram-se no contato direto entre viajantes e etnias indígenas, os quais buscavam descrever, mapear e catalogar as especificidades dos grupos encontrados. E, deste modo, diferenciar étnica e culturalmente os nativos, utilizando de percepções, conceitos e valores próprios dos viajantes e seu contexto social. Diante disso, este trabalho tem por objetivo investigar as representações sobre os Guaranis narradas nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, tomando como fonte de pesquisa as viagens realizadas aos sertões meridionais, entre os anos de 1820 e 1821. Para compor o referencial teórico, utilizar-se-á de Moscato (2016), Rundval (2016), Oliveira (2006), Kury (2001), entre outros.

É no espaço das sutilezas, que será encontrado o viajante, revelando seu modo peculiar de estar e ver o mundo pelo qual circula.
Marc Bloch

Os sertões meridionais, em fins do século XVIII, serviram enquanto cenário para viajantes, sertanistas e exploradores que dedicavam suas narrativas para descrever e desenhar suas características naturais, sua gentes e cores a partir dos caminhos, descaminhos e intersecções pelos quais estes sujeitos transitavam. Fruto de interesses múltiplos, é no século XIX que este estilo de produção passa a ser financiada pelas elites intelectuais dos grandes centros de pesquisa do Brasil e da Europa, em especial, pelos Museus de História Natural que, a fim de conhecer as singularidades do ultramar, contaram com a figura de viajantes naturalistas para mapear, descrever e catalogar elementos e delinear a qualidade dos espaços e dos sujeitos que por eles circulavam e/ou habitavam.

Partindo destes pressupostos, esta pesquisa tem por objetivo analisar as narrativas de viagem de Auguste de Saint-Hilaire e, a partir delas, identificar as representações sobre os Guaranis que estavam estabelecidos nos sertões meridionais durante a década de 1820. O teor das fontes, embora seja diversificado, oportuniza a coleta de informações desta etnia indígena, o modo como era avaliada pelo viajante neste contexto histórico, como também, suas relações interculturais. Dentro deste caleidoscópio de possibilidades, serão enfatizados os caracteres culturais: suas fisionomias físicas, organização das aldeias e aspectos que evidenciem a possibilidade de práticas de mediação cultural. A seleção pela etnia Guarani não se deu de forma aleatória, mas sim, por ser privilegiada nas narrativas do viajante, tomando como comparação as etnias Charrua, Kaingang, Paraguaia, Guaicuru, entre outras, que também são apresentadas no decorrer das viagens, embora com menos destaque e dados informativos.

Do mesmo modo, optou-se pela nomenclatura sertões meridionais enquanto recorte espacial e não aquela atribuída ao título das obras analisadas por duas questões: a primeira, porque Saint-Hilaire transitava de um espaço

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória, Mestra em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e Doutoranda em História, Estado e Movimentos Sociais na Universidade do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon – jexxy_kahroll@hotmail.com

² Orientadora. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Centro Universitário Unibrasil e no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

a outro e, neste caso, o conceito de sertões agluta- na locais comuns, os quais, para Amantino (2008) e Pontarolo (2012), se configuravam, no imaginário do oitocentos, como um lugar vazio, inexplorado, desconhecido, sem controle e perigoso. Notando similitudes nas narrativas do viajante com as representações deste contexto, os sertões eram entendidos enquanto um espaço ambíguo e dual entre inferno-paraíso, danação-salvação, desintegração-unidade, avesso à civilização, progresso e desenvolvimento. Noutras palavras, a perspectiva de sertão durante o século XIX pode ser pensada como um espaço a ser desbravado e catalogado, sendo este, um dos objetivos de Saint-Hilaire ao se aventurar por estes (des)caminhos: realizar uma cartografia social destes sertões, até então, considerados incultos. O segundo ponto que corrobora na escolha deste conceito para situar espacialmente Saint-Hilaire é composto por Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Isto é, se configura enquanto um espaço múltiplo pelo viés político ocidental, mas que agrega características comuns no tocante as representações e, mais do que isso, com fronteiras culturais que permitem um olhar antropológico aos percursos narrados e os (des)encontros advindos deles.

Dialogando com os objetivos apresentados, outros dois conceitos serão essenciais a pesquisa: representação e mediação cultural. Deste modo, a representação aqui pensada se articula com as formulações teóricas de Chartier (2001), o qual explica que:

[...] as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2001, p. 17)

Com efeito, mais do que narrativas ingênuas, as descrições de Saint-Hilaire valiam-se do seu con-

texto social e valores que compactuava entre seus pares e, por assim dizer, a Europa. Entender sua concepção de mundo elucida e esclarece frases e o uso de conceitos que, de certa forma, estão dissociados das premissas indígenas, como a concepção de civilização, degeneração ou progresso. Dentro deste conjunto de formas de entender e pensar a realidade e as culturas mundanas, o conceito de mediação cultural será utilizado a fim de perceber se a etnia Guarani em algum momento das narrativas revela interação, trocas e mesclas culturais com a sociedade envolvente. Esta perspectiva está vinculada com as considerações de Gruzinski (1991) que argumenta que a mediação cultural se trata de sujeitos e objetos que promovem o trânsito de culturas, como também, promovem a circulação de ideias e projetos de um mundo a outro, fomentando novas formas de produzir leituras, interpretações e movimentos de mão dupla. Relacionando-se com este autor, Costa (2009) comenta que a mediação cultural se configura enquanto práticas de circulação do sistema cultural, agregando diferentes atores que criam e buscam manter momentos de interação.

Diante disso, optou-se pelos pressupostos da etno-história enquanto ferramenta metodológica, pois, segundo Canieli (2001), a partir dela, é possível a construção de uma história indígena que aproxima a história com a antropologia e, mais do que isso, por meio de um discurso desideologizado e descolonizado, enfatiza o papel indígena e seu contexto histórico. Concordando com Montero (2006), entende-se que este método permite uma análise dos sujeitos como personagens de um processo histórico e cultural que se transforma, integra e operacionaliza trocas entre si, com o outro e com a natureza, sem que isso despersonalize ou descharacterize suas matrizes étnicas. Além disso, a etno-história vale-se de fontes de cronistas, missionários e viajantes a fim de “reconstruir” a história indígena a partir da interação, comparação e reflexão do indígena como integrante de sua própria história e personagem central da mesma – e não mero coadjuvante. (OLIVEIRA, 2018)

O fio condutor deste trabalho está pautado em duas obras de Saint-Hilaire, a primeira está intitulada como *Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina*, ocorrida em 1820. Esta, trata-se de um conjunto de informações descritas sob o viés botânico, ou seja, a perspectiva de quem se preocupa com os detalhes da flora e da fauna, bem como, dados acerca da economia, política, escravidão e caracteres li-

gados a cultura, folguedos e bailes. Pode-se ressaltar também, predicados vinculados a figura indígena, suas aldeias, educação e, sobretudo, no que se trata as Missões ou administração de religiosos

Nos liames da segunda obra, *Viagem ao Rio Grande do Sul*, escrita em 1821, apresenta-se singularidades dos locais por onde este viajante passou, relatando elementos de natureza diversa, seja em relação as descrições sobre as estradas e rotas, produtos comerciais que viajavam de um lugar a outro. Além, é claro, de abordar a temática indígena e indigenista, isto é, o *olhar* e as formas de *lidar* com diferentes etnias nativas, seja em relação ao trabalho, especificidades culturais e/ou a aptidão em assimilar os valores cristãos e de civilidade.

VIAJANTES NATURALISTAS NO SÉCULO XIX

Entre relatos, memórias e itinerários de viagens, as primeiras décadas do oitocentos tiveram suas paisagens representadas por diferentes sujeitos que descreviam suas (des)aventuras pelos caminhos que percorriam, descobriam e que intersectavam as Províncias do Brasil de norte a sul e de leste a oeste. Estes personagens, ao narrar suas experiências e percepções dos cenários observados, pintavam suas impressões com valores políticos, culturais e religiosos que partiam do seu contexto social, legando assim, à representações pautadas em comparações e/ou hierarquias que nivelavam os grupos observados conforme o grau de proximidade com os princípios civilizatórios e de racionalidade.³ É nessa perspectiva que Moscato (2017) revela que:

O relato de viagem era extremamente popular no mundo Europeu e exerceu grande fascinação sobre diferentes grupos sociais. Os que não podiam viajar tinham nesses textos a oportunidade de participar de aventuras em lugares que jamais colocariam os pés. Por isso, tais escritos foram, durante muito tempo, fontes inquestionáveis de conhecimento sobre povos e terras distantes. Se alguém nos séculos XVII, XVIII e XIX quisesse saber sobre outro mundo que não o seu, buscaria essas informações em um relato de viagem. Não importava se a viagem havia sido realizada por um naturalista, um erudito ou um religioso, a literatura de viagem ocupava um lugar próprio no mercado editorial e no hábito de mui-

tos leitores. Isso explica o porquê dos editores e da escrita acompanharem as mudanças de objetivos, como no século XVIII; com a expansão das viagens científicas, as publicações sobre o viajar tornaram-se ainda mais lucrativas.

(MOSCATO, 2017, p. 137)

O viajante, portanto, era aquele que coletava dados, registrava e destinava as suas informações científicas aos seus pares e patrocinadores. Era ainda, o observador dos animais e plantas, das pessoas e seus hábitos e modos de vida. Noutras palavras, o viajante do oitocentos era quem dedicava seus olhares à natureza e a tudo que a compunha. Não é à toa que Mauad (1997) destaca que a experiência de viagem era elevada e legitimada pelo ver, tocar e provar, fornecendo o estatuto de fidedignidade ao relato em virtude da presentificação ao lugar ou as situações narradas.

Face a estas colocações, é possível entender, segundo Kapp (2018), que a produção do conhecimento, neste contexto, passava a ser vista como ferramenta na busca pela verdade. A natureza, antes do oitocentos, era apreciada enquanto objeto de contemplação, a qual se tornou um elemento de transformação, sobretudo, a partir da Revolução Científica Moderna, marcada pela operação, manipulação e intervenção da mesma. Para isso, a autora comenta que houve uma série de críticas aos produtores de um saber encastelado, visto que, mais do que compilações teóricas e de clássicos, fazia-se necessário colocar os saberes à prova e confrontar os conhecimentos, o que fomentou no século XVI a análise dos fenômenos da natureza, bem como, sua interpretação e domínio. Com efeito, delineou-se uma concepção no avanço contínuo do saber que, marcado pela ideia de um movimento dotado de sentido, marcharia rumo ao aperfeiçoamento e progresso. Neste sentido,

[...] o ideal científico moderno sustentou-se, então, não na crença de um saber totalizante, completo e oculto, mas na convicção, [...] de que o conhecimento é algo que cresce mediante um processo para o qual contribuem futuras gerações, [...] buscando uma perfeição cada vez maior. (KAPP, 2018, p. 156).

Para alcançar tal propósito, aqui articulando com o escopo de ‘colocar à prova’, a experiência

3 Desde o período renascentista, a América, em geral, foi vista como uma terra de povos primitivos, sem história e que deveria ser cristianizada. Com a colonização da região litorânea do continente, os sujeitos que viviam nos sertões passaram ser identificados como verdadeiramente primitivos e avessos à civilização. Com efeito, dialogando com a ideia de progresso, ao longo do século XVIII, o cenário europeu gestou um novo objetivo a sua expansão político-cultural: civilizar os povos selvagens de todo planeta. Para tanto, era preciso avaliar e nivelar as aptidões de cada grupo humano e seu potencial em assimilar os costumes, as instituições e os sistemas produtivos da Europa civilizada. Desde modo, em fins do século XVIII, o conceito de civilização tornou-se um dos critérios de avaliação utilizado pelos viajantes para descrever e hierarquizar pessoas e culturas. (MIRANDA, 2007)

denotou a validação daquilo que se afirmava ou produzia, valorizando assim, o testemunho de vista que, a posteriori gestou metodologias e epistemologias para o desenvolvimento do saber científico. Considerada uma das formas mais eficientes de aquisição de saberes, Dundval (2016) afirma que a viagem era entendida enquanto um moderno modelo de expedição científica, cujo teor narrativo pautava-se em um esforço de classificação e sistematização do conhecimento, bem como, de decodificação da heterogeneidade cultural.

A experiência de viagem, segundo Kury (2001), tornou-se uma tentativa de descrever a totalidade dos fenômenos naturais ou culturais, em que se registrava não só o fato em si, como também, as sensações que ele propiciava. Para que isso fosse possível, havia uma orientação do modo como deveriam ser retratados os lugares percorridos pelos viajantes que, nas palavras da autora:

Em primeiro lugar, aquilo que concerne imediatamente ao bem-estar da espécie humana e tende, assim, para a felicidade geral. Em seguida, os objetos cujo conhecimento pode aumentar a prosperidade de seu próprio país e, em consequência, se relacionam parcialmente com o bem da humanidade. Em terceiro lugar, os objetos que podem levar a um aperfeiçoamento de si mesmo, e, por último, os conhecimentos de ornamento, que se podem adquirir sem negligenciar o estudo daquilo que é realmente importante. (KURY, 2003, p. 5)

Se, por um lado, ele pode observar as coisas e seres ‘nos próprios lugares onde a natureza os colocou’, por outro, não pode consultar lá mesmo seus livros ou comparar os exemplares que encontra com outros semelhantes. (KURY, 2001, p. 2)

Dialogando com as colocações acima, Moscato (2013) atenta ao fato de que os viajantes do oitocentos também eram leitores no que se refere a comprovar a sua experiência, utilizando-se de outras referências ou narrativas de viagens que revelassem aspectos semelhantes, tornando-se assim, cientistas-viajantes e viajantes-leitores do que era produzido em outras peripécias investigativas da natureza e demais descrições. Inclusive, em alguns momentos recorriam a filosofia e a literatura para melhor compor suas impressões sobre um fenômeno ou situação, conforme lembra Kury (2001).

As viagens, neste viés, eram consideradas uma etapa para a transformação da natureza em ciência, por isso, mais do que meros viajantes em busca de aventuras, os sujeitos que se colocam a desbravar os sertões brasileiros eram profissionais de diversos

tipos, especializados para o reconhecimento e catalogação científica. Kury (2001) sublinha a ideia de que as fisionomias e detalhes se alternavam a fim de dar conta do contexto em que o objeto de descrição vivia e o modo minucioso como eram relatados os seus componentes. A autora destaca ainda que:

As instruções de viagem do século XIX insinuam que, para a ciência, pouco deveria importar quem era o viajante. Suas anotações e registros deveriam ser publicados e passíveis de serem compreendidos por outros [...]. O viajante-naturalista do século XIX parece não ter hesitado entre considerar a irreprodutibilidade de sua experiência e entre o fornecer registros fieis do que viu, ouviu e sentiu. Nesse sentido, o estilo pitoresco das representações iconográficas das paisagens e costumes dos lugares visitados poderia ser considerado um estilo científico. A ciências das viagens foi uma forma de apreensão das relações entre ambiente e seres vivos; a profusão de registros produzida pelo diversos tipo de viajantes, uma maneira de tornar a experiência da viagem reprodutível. (KURY, 2001, p. 17)

Estas viagens, segundo Rundval (2016), passaram por uma redefinição de seus projetos no fim do século XVIII, em especial, a partir das publicações de Alexander Von Humboldt, o qual, com a expedição *La Condamine*, orquestrou um novo paradigma de escrita, percepção e compreensão da natureza em virtude do aperfeiçoamento cartográfico, o que tornou as viagens mais seguras e possível a interiorização dos continentes pelos viajantes. Logo, o início do século XIX tornou-se marcado pelas chamadas expedições científicas que, institucionalizadas e patrocinadas, contavam com o anseio de conhecer as potencialidades e produzir imagens acerca do que se considerava ser o ‘resto do mundo’. Entre suas finalidades, pode-se citar: comunicar descobertas, inventariar aspectos de interesse econômico, estabelecer relações diplomáticas e criar museus com os mais diferentes elementos e materiais encontrados – fossem de caráter geológico, botânico, zoológico, cultural, etc –, servindo de fonte para diversas ciências empíricas.

Nas palavras de Oliveira (2006), esses registros, ainda que apresentassem traços do *outro*, traziam também dados de quem os escrevia, pois facultavam o olhar destes personagens no tocante ao novo e ao desconhecido. Isto é, mostravam o modo como o *outro* era alocado ao *diferente*, apontando para preceitos que distanciavam o seu contexto, cultura e personalidade étnica das demais facetas sociais. Não distante disso, a autora explica que as narrativas de viajantes que atuavam no oitocentos refletiam a conjuntura daquele momento, como a

vinda da família real para o Brasil em 1808, a abertura dos portos, fim do exclusivo metropolitano e, deste modo, o aumento de pessoas cujo perfil era a circulação, trânsito e produção de relatos de viagens.⁴ Diante disso, não só Portugal, mas França, Alemanha, Áustria e Rússia custeavam prospecções científicas, contando com o escopo de aprofundar seus conhecimentos no que tange as províncias brasileiras e suas especificidades. Pelos novos saberes apresentados, os relatos de viagem, para Rundval (2016), operacionalizaram uma mudança não só no campo das ideias no ocidente, mas a desmistificação de imagens e representações, incitando a debates e promovendo a continuidade deste estilo de escrita. E, mais do que (re)elaborações dos cenários narrados, aos viajantes outras incumbências poderiam ser gestadas, conforme alerta Kury (2003) ao inquirir que:

São conhecidas as mudanças ocorridas nas viagens-científicas desde fins do século XVIII, quando as ciências tendem a se tornar indispensáveis à administração dos Estados europeus, além de contribuírem simbolicamente para sua legitimação. Naturalistas, químicos e físicos são constantemente consultados sobre a construção de pontes, a qualidade da água e dos alimentos, a melhor e mais barata maneira de fabricar pólvora, plantas e animais úteis passíveis de serem naturalizados, etc. Os viajantes naturalistas – muitas vezes financiados pelo Estado – constituem elos úteis na cadeia que liga as colônias e os lugares ditos “exóticos” aos museus e jardins botânicos europeus. A ciência é vista então como um dos principais sinais distintivos dos povos do estado de civilização. Assim, a ciência é chamada a desempenhar uma função simbólica e a atuar como agente que torne mais eficaz a administração de homens e coisas. (KURY, 2003, p. 2)

As etnias indígenas, neste horizonte de narrativas de viagens, tiveram suas características vinculadas à imagens positivas e/ou depreciativas que, por vezes, eram incompatíveis com suas experiências socioculturais, sendo a nudez, cosmogonia, antropofagia, língua, propensão ao trabalho e interação com a sociedade envolvente, critérios para definir e classificar os nativos entre *mansos* (tupi) e *selvagens* (tapuia), (OLIVEIRA, 2018). Essa dicotomia, segundo Monteiro (2003), inicialmente marcada pela diferença linguística, ganhou força conforme alguns grupos aproximaram-se mais dos padrões ociden-

tais e, com a intensificação do discurso religioso, essa dualidade absorveu do pensamento cristão a luta entre o bem e o mal, em que o mal seria convencido a buscar a salvação por meio da persuasão, negociação ou pela guerra justa. O século XIX, por sua vez, gestou uma nova roupagem conceitual, atribuindo as etnias indígenas o trinômio *civilizado, semi-civilizado* ou *selvagem* enquanto hierarquias socioculturais que nivelava os grupos aptos à integração da sociedade civilizada, ou o seu oposto. Portanto, muito além de registros ingênuos, os escritos de viajantes e exploradores possuíam um sentido prático: conhecer as nações indígenas, verificar seu grau de amizade e justificar ações ofensivas aos considerados *hostis* e *bárbaros*.

Face a estas colocações, Delgado e Caume (1999) salientam que as narrativas de viajantes estavam intrínsecas ao viés do Velho Mundo, ou seja, seus interesses, ainda que científicos, vestiam o véu de objetivos econômicos. Por isso, buscavam por regiões exóticas e desconhecidas para compor suas descrições, as quais permitiam olhares que informavam quais terras eram produtivas, que cultivos poderiam ser plantados, que espaços poderiam ser destinados para o desenvolvimento de vilas, campos de engorda, rotas interprovinciais, disponibilidade para mão de obra – ou, por assim dizer, grau de aproximação das etnias indígenas à civilidade da sociedade envolvente.

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS GUARANIS DE AUGUSTE SAINT-HILAIRE

O tratamento historiográfico destinado a Saint-Hilaire é questionando por Kury (2003), pois, para a autora, ele ainda é pouco conhecido em seus contextos europeus e até mesmo sua repercussão no Brasil. Atualmente na França, Saint-Hilaire é um personagem desconhecido, poucos detalhes da sua vida e de suas obras foram estudados, contrariando o status de quem foi e a posição que ocupou no meio científico parisiense no século XIX. Inclusive, destaca que suas narrativas são discutidas de forma genérica, tomando como foco o seu olhar ‘de fora’ para apresentar e analisar seus escritos, “como se

4 A vinda da família real para a América portuguesa em 1808, delineou um novo panorama de viagens aos cientistas, missionários e demais sujeitos que partiam das mais diversas partes da Europa. O contexto esteve articulado com dois processos de caráter mais amplos e que se orquestraram na passagem do século XVIII para o XIX, sendo eles: 1) a gradativa reabertura do mundo ibero-americano à França, Inglaterra e aos Estados alemães, num período em que a expansão político-cultural europeia voltava a se fortalecer; 2) o momento de crítica ao poder das monarquias do Antigo Regime, ao pensamento político ilustrado, à busca pelo aperfeiçoamento da administração do Estado e, por conseguinte, aos princípios da Revolução Francesa. (MIRANDA, 2007)

todo estrangeiro fosse igual”, (KURY, 2003, p. 1).

Nascido em Orléans em 1778, Auguste François César de Saint-Hilaire, pertencia a uma afortunada família. Sua educação foi delegada por seu pai aos monges beneditinos. Em 1789, quando houve a eclosão da Revolução Francesa, foi enviado a Hamburgo, Alemanha, para residir na casa de sua tia, onde aprendeu a língua alemã e teve os primeiros contatos com os estudos de Humboldt. Quando retornou à França, passou a estudar botânica no Museu de História Natural. Enquanto pesquisador, dedicou-se aos estudos da anatomia dos frutos e propriedades curativas das plantas, optando aos aspectos filosóficos da história natural e práticas de suas especificidades. Logo, sua atenção voltava-se para a filosofia natural e o utilitarismo das plantas. (GALMARINO, 2008)

As biografias do viajante arrolam que circulou pela Holanda, Alemanha e, em 1816, embarcou para o Brasil, aos seus trinta e sete anos, contando com um extenso conhecimento botânico e vasta rede de sociabilidade intelectual. Em terras brasileiras, se dedicou aos registros de suas singularidades durante seis anos, transitando pelas províncias de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passou alguns meses na região Cisplatina, no Uruguai e na parte oriental da América do Sul. Acompanhando a missão extraordinária do duque de Luxemburgo, ao vir para o Brasil possuía o objetivo de resolver o conflito entre Portugal e França em relação à posse da Guiana.

Nesta acepção, acompanhou a embaixada do diplomata e, munido de financiamento e cartas de recomendação do chanceler Dambray, conseguiu o parecer do ministro do Interior para que na qualidade de viajante-naturalista mapeasse, catalogasse e enviasse descrições e objetos de história natural ao Museu de Paris. Isso se deve ao fato de que já se tratava de uma personalidade reconhecida no seio intelectual e científico do oitocentos. Afinal, aos seus contemporâneos, era visto para além de um viajante cientista, mas exímio observador, cujas anotações fiziam avançar o estudo de diversas famílias naturais, desde a geografia de plantas e animais, como a variedade de solo e seus cultivos. (RUNDVAL, 2016; KURY, 2003). Deste modo,

[...] o viajante Saint-Hilaire parece corresponder ao novo perfil viajante naturalista idealizado no meio científico parisiense: pesquisa *in loco*, especialização, capacidade de produzir

informações balizadas, publicação dos resultados. A qualidade da formação científica do viajante é uma condição prévia para que ele realize que o se espera dele: fazer com que sua missão seja útil. Nada deveria ser mais distante do aristocrático dilettante do *grand tour* do que esses filantropos – muitos dos quais aristocratas – que não acreditavam viajar para si, mas em nome do progresso da ciência, do bem-estar da humanidade e da glória da nação. (KURY, 2003, p. 5)

Profissionalmente, é apresentado enquanto membro da Acadêmica de Ciências do Instituto da França, professor de ciências de Paris, inclusive, Cavaleiro da Legião de honra das Ordens de Cristo e do Cruzeiro do Sul das Academias de Berlim, sendo membro também da Sociedade Lineniana de Londres, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de História Nacional de Boston, de Genebra, de Botânica em Edimburgo, Médica do Rio de Janeiro, Filomática de Paris e de Ciência em Orléans. Portanto, era uma autoridade naquilo que relatava, pois inseria-se em uma rede de instituições e comunidades científicas que se situavam em diferentes partes do globo, como bem coloca Rundval (2016).

Sua especialidade, segundo Neves et al (2007), era a Botânica, ainda que tivesse um vasto conhecimento de Zoologia e Mineralogia. No decorrer de suas viagens, coletou, classificou e organizou uma vasta coleção de plantas, animais e minerais, os quais serviam como importante base para as coleções de Museus Naturais na França e outros países da Europa. No tocante as suas viagens, Saint-Hilaire as fazia praticamente sozinho, com poucas pessoas contratadas pelo caminho, ou cedidas pela elite local para atuarem enquanto guias ou carregadores. Em virtude de ser membro de instituições de pesquisa, carregava consigo inúmeras cartas de recomendação, o que lhe auxiliava a conseguir alojamentos em vilas e cidades, serviços de transporte, como carroças, cavalos e juntas de boi, bem como, favores de autoridades, militares e eclesiásticos. Deste modo, durante o percurso a carroça muitas vezes cedia lugar a um abrigo, escritório e ou organização das suas coleções. Quando conseguia pernoitar em casas de habitantes rurais, não hesitava em elogiar a hospitalidade e desprendimento de seus anfitriões nas suas narrativas de viagem.

Outro ponto que pode ser evidenciado nos escritos de Saint-Hilaire é o fato de não deixar um único dia de realizar suas anotações, fossem elas peripécias, aventuras, problemas, configurações mais

específicas a caracteres físicos de sujeitos, plantas, animais ou minerais. Por isso, em suas obras havia tópicos destinados à língua, costumes e hábitos alimentares, além de observações pautadas em fundamentos científicos. Em alguns casos, estavam acompanhados de mapas ou desenhos, como é o caso de algumas espécies de vegetais, ou cenas do cotidiano que observava, entre elas, mulheres trabalhando, ou homens montados em seus cavalos. A fisionomia dos textos estava organizada de maneira a seguir um padrão de apresentação, isto é, a primeira parte introduz aos capítulos, em seguida, subdividir conforme os locais por onde passava, ou então, de acordo com os elementos a serem narrados, em geral, descrevendo em primeira pessoa.

Trazendo a discussão para as representações sobre as etnias indígenas delineadas nas obras de análise, Saint-Hilaire apresenta informações acerca dos Guaicurus, Paraguaios, Kaingang, Charruas e Guaranis, os quais eram nivelados e hierarquizados cultural e fisicamente a partir de valores e princípios etnocêntricos. Noutras palavras, suas figuras traziam aspectos vinculados a perspectivas civilizatórias, tomando o trabalho, organização social e política, religiosidade e beleza como referências para a proximidade e/ou afastamento da sociedade civilizada.

Nesta acepção, Saint-Hilaire percorreu a região dos sertões meridionais, compostos por Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, seguindo pelo Caminho das Tropas e os descaminhos que levavam à paisagens, aldeias e vilas que intersectavam o comércio interprovincial, bem como, o contato com as múltiplas etnias indígenas. Partindo destes pressupostos, entre a diversidade de elementos descritos nas obras de Saint-Hilaire, será enfatizado o tecido narrativo que desvela as suas percepções no que tange os Guaranis, suas configurações culturais e a possível inserção aos moldes culturais não indígenas.

Aos Guaranis, é notória a ênfase que esta etnia recebe nas narrativas em comparação as demais, as quais são mencionadas morando em vilas, aldeias e encontradas pelos caminhos que Saint-Hilaire viajava, permitindo assim, descrições de diferentes grupos Guaranis que, em díspares locais (ora no Rio Grande do Sul, ora em São Paulo, ou então no Mato Grosso do Sul), revelavam caracteres que lhes eram singulares. Neste sentido, o viajante arrola que:

Os guaranis são de estatura média; têm a pele bronzeada, cabelos pretos e muito finos; e geralmente

feios. Os traços e a estrutura de seus corpos apresentam, em geral, as características da raça americana; mas o que me parece distingui-los particularmente como tribo é o comprimento do nariz e a suavidade de suas fisionomias. As mulheres têm o rosto extremamente achatado. As rugas da velhice são mais pronunciadas que em nossa raça. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 340)

As representações da fisionomia indígena em muito valiam-se da História Natural, afinal, aos naturalistas cabia a responsabilidade de construir coletivamente um perfil da Humanidade. Para isso, realizavam uma cartografia social dos espaços que compunham as teias de contato da Europa Ocidental, ampliando assim, os campos de ação dos europeus ao adentrar nos continentes e conhecer, descrever e catalogar informações de seus povos mais longínquos e delinear a diversidade social do globo. Aos sujeitos e etnias encontradas durante suas viagens, é possível identificar que as características físicas narradas se assemelhavam a nomenclatura científica lineana gestada pelos intelectuais da História Natural, a qual avaliava os seres humanos e sua capacidade cognitiva conforme os traços observados. Deste modo, alguns dos dados acima citados são encontrados na hierarquia do progresso humano apresentado por John Burke (1758), na obra *Homo Sapiens*, em que o autor apresenta cinco categorias humanas, sendo elas:

- a. Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b. Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c. Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.
- d. Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulho, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.
- e. Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho.

Tais critérios fisiológicos serviam tanto para identificar a etnia indígena, como também, aloca-la ao seu grau de desenvolvimento e possibilidade de diálogo com a sociedade envolvente, visto que, quanto mais elevado o nível de aspectos positivos a ela narrados, maiores eram as chances de integração ao sistema civilizador. Pensando no que explicita Gomes (2017), a taxonomia comportava observações que vinculavam tipos físicos a tipos de comportamento, portan-

to, determinadas práticas eram entendidas como tão naturais como a cor de pele dos sujeitos. Noutras palavras, nativos da cor de cobre, cujo cabelo preto e liso, naturalmente seriam regidos por costumes, sem leis, ou sistema burocrático; logo, seu nivelamento cultural estaria abaixo dos padrões europeus.

Essa inferioridade do americano em comparação a Europa foi fruto de discussões e formulações teóricas do século XVIII, sobretudo, ao que compete ao francês Georges-Louis Leclerc, o Conde de Buffon, autor da ideia de debilidade da América que, em suas palavras, não havia sido capaz de dominar a natureza. Diante disso, os nativos que nela viviam se tratavam de animais de primeira classe, existindo como uma consequência da natureza, impotente e incapaz de reforma-la ou auxilia-la. Não distante disso, Cornelius De Pauw, afirmava que o aperfeiçoamento humano só ocorreria em sociedade e, como os nativos americanos ignoravam essa premissa, eram incapazes de seguir na marcha para o progresso. Mais do que imperfeito, o americano era decadente e corrompido devido a sua degeneração, a qual era explicada pela ausência de sensibilidade, humanidade e inteligência ameríndia – concepção que é verificável nas narrativas de Saint-Hilaire no tocante a algumas etnias, em especial, quando as menciona como degeneradas. Se tratando dos Guaranis, as narrativas do viajante conectam estes paradigmas a suas observações ao descrever que:

Os guaranis podem apenas ser comparados às crianças de nossa raça; mas a criança inspira interesse, porque se tornará homem um dia. O índio, ao contrário, que, na idade da razão, conserva a ingenuidade da criança, só provocará desprezo permitindo aproveitarem-se de sua fraqueza para oprimi-lo. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 331)

Essa analogia que Saint-Hilaire faz entre Guaranis e as crianças não indígenas, reflete a sua concepção de sociedade que pauta-se em ideais de progresso e regresso, tal como em outros momentos de sua narrativa quando faz alusões ao termo degeneração. Estas percepções, segundo Gomes (2017), partem da premissa de que haviam várias sociedades humanas que poderiam se aperfeiçoar ou corromper ao longo do tempo. Formulada na transição dos séculos XVIII e XIX, defendia a perspectiva de que os homens pertenciam a um movimento global que se iniciava com a saída do estado de natureza, passagem pelos diferentes estágios primitivos, a associação e o progressivo aperfeiçoamento da espécie por meio das ciências e das artes. Voltaire, um dos expoentes

destas teorias, argumentava que o aperfeiçoamento dos costumes e das virtudes pressupunha a instrução das sociedades primitivas que, em função do combate às suas superstições e ignorâncias, alcançariam seu desenvolvimento através da moral, indústria e projeção de futuro, conforme ressalta Oliveira (2018). Pensando nestas premissas, é oportuno dizer que:

Foi no século XVIII que ocorreu uma mudança na maneira de se observarem as sociedades diferentes da do homem europeu. Até então, os “outros” eram vistos como bárbaros e selvagens, como estrangeiros, assim como surgiram aos olhos dos navegantes espanhóis e portugueses do século XVI que aportaram em terras até então desconhecidas. A partir do Setecentos, os “outros” tornam-se semelhantes, possuindo uma natureza igual à do homem branco e como este último era no seu início, Primitivo. A “ciência do homem” aproximou os selvagens de nós, mas os colocou no início da história, distanciando-os infinitamente, abolindo, ao mesmo tempo, tudo que os diferenciava (CLASTRES apud VARELA, 2013, p. 30).

Conectando estas assertivas ao trinômio moral, trabalho e projeção de futuro destacado por Gomes (2017) e notório nas narrativas de Saint-Hilaire, é plausível dizer que a moral, neste contexto, seria responsável por edificar um comportamento perfeito para o convívio em sociedade e oportunizar ao indivíduo ser um senhor de si. Ao passo que trabalho era entendido como um mecanismo para o uso efetivo da razão e domínio da natureza, visto que, sua ação transformaria o mundo de forma programada e não instintiva. Além, é claro, de permitir que estas sociedades avançassem no caminho para o progresso, deixando seu status de infância e alcansassem a maturidade civilizatória.

Face a estas colocações, o lugar social de Saint-Hilaire, aqui pensando nas formulações teóricas de Certeau (1982), explica muito bem suas preocupações acerca das formas de trabalho da etnia Guarani, observando não só os tipos de ofícios desenvolvidos por cada grupo observado, como também, o modo que se configuravam, podendo ser mais próximos ou não deste ideal de civilização. E, mais do que isso, evidencia a atividade produtiva enquanto previdência, ou seja, capacidade de projetar o futuro – aspecto que é constantemente citado pelo viajante, não por existir essa preocupação por parte dos nativos, mas por sua completa ausência. Isto é, de forma recorrente, criticava as etnias indígenas por não terem qualquer preocupação com o amanhã, por isso, alguns sujeitos abusavam da ociosidade e eram considerados vadios por não se precaver, ou, por meio do trabalho, guardar subsídios para a sua subsistência.

A falta de moralidade também era questionada pelo viajante, pois a inexistência dela e de valores cristãos fomentava práticas de libertinagem sexual, desrespeito a monogamia e outros princípios básicos da sociedade civilizada, o que legava a uma noção de previdência sem qualquer perspectiva de salvação ou redenção religiosa.

Frente a estes pressupostos, o trabalho e a previdência eram itens constantemente explanados pelo autor. Os trechos selecionados abaixo trazem informações do labor Guarani que, em linhas gerais, se configurava enquanto um grupo étnico sedentário, agrícola e pautado na divisão sexual do trabalho. Nas palavras do viajante:

Entre a campanha e o lugar onde parei, vimos, às margens do rio, aldeias habitadas por índios guaranis vindos de Entre-Rios para se refugiar aqui. Suas casas não passam de choupa nas medindo, freqüentemente, a altura de um homem e construídas à semelhança de barracas de acampamento, com folhas e haste de uma gramínea dura e muito lisa. Ao lado dessas choupanas miseráveis há, geralmente, um galpão onde se penduram nacos de carne [...] (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 268)

Percorri várias dessas roças em torno da aldeia e encontrei bem cuidadas. As plantas que os índios aí cultivam são, principalmente, milho, várias espécies de feijão, mandioca doce, batatas, abóboras, melancias. Costumam construir pequenas choupa nas no meio dessas plantações, onde moram durante a colheita, a fim de impedir os roubos. Notável é que essas roças, que acabo de falar, nunca foram cercadas e não se recorda mais o tempo em que estiveram incultas. As plantações, muito bonitas e de grande extensão, consistem em algodoais, um campo de milho, outro de feijão e um soberbo arrozal. As mulheres se ocupavam em capinar um terreno a ser plantado no próximo ano. À minha chegada se postaram em duas filas e me pediram a bênção, de mãos postas, segundo o uso do lugar; em seguida voltaram ao trabalho e se puseram a rir como loucas. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 366-367)

Observando os fragmentos destacados, é possí-

vel identificar alguns pontos sobre a organização do trabalho e da própria sociedade Guarani em prol das suas singularidades culturais. Em primeiro lugar, o estilo de suas casas é bem específico, pois ao tomar relatos de outros viajantes, a organização da aldeia era uma maneira de identificar de qual grupo indígena se tratava e, a partir desta informação, saber os graus de aproximação ou não com sujeitos não indígenas. Logo, este item é extremamente pertinente para o conhecimento a posteriori acerca de quem está se descrevendo, pois o formato das casas, da aldeia e seu entorno revela singularidades que dizem respeito a determinadas etnias, seja pela inclusão ou exclusão delas nos arranjos socioculturais com a sociedade envolvente, como bem coloca Oliveira (2018).

Construídas a partir de forquilhas de madeira e cobertas por palha, Borba (1908) também comenta a maneira como eram construídas estas casas Guarani, as quais, em seu interior contavam com paus roliços bem próximos e amarrados com cipó, garantindo assim, sua resistência. A imagem abaixo representa o estilo Guarani de moradia e permite uma compreensão visual da narrativa de Saint-Hilaire.



Figura 1.
Representação de uma moradia Guarani

Fonte:
D'Angelis e Veiga, 2003.

O segundo elemento referente a supracitada narrativa do viajante diz respeito ao entorno das casas, isto é, seus cultivos. De início, nota-se que eram essencialmente agrícolas, tendo como base de sua alimentação o milho, a abóbora e a melancia que cresciam sem que houvesse uma preocupação em roçar o terreno ou cercar sua plantação. Dito isso, evidencia-se outro ponto fundamental no tocante a esta etnia, pois, segundo Parellada (2006), o sentido de coletividade e comunidade dos Guaranis diferente da sociedade civilizada, não compactuando com noções de propriedade privada, portanto, sem necessidade de cercar o que é seu, pois entende-se que se tratava de algo que pertencia a todos. Além disso, seus cultivos ficavam em meio a outras plantas e ao próprio cenário natural da aldeia, sem destruí-la a fim de aumentar a produtividade ou outros intentos relativos aos princípios de progresso e acúmulo de produtos.

As divisões da comunidade se davam em virtude do trabalho, homens com afazeres ligados à caça, pesca, construção das casas e de suas armas, como arco, flecha e arpões, além da proteção do grupo. Ao passo que as mulheres ficavam responsáveis por preparar o terreno, plantar, colher e cuidar dos cultivos, produzir alimentos, cuidar das crianças, fazer redes, tear as roupas e fabricar objetos de uso cotidiano e/ou para a indumentária da comunidade. (TAUNAY, 1931)

Dialogando estas informações com Oliveira (2018), o olhar sobre as produções e labor indígena sugerem não só a premissa em descrever detalhes de suas características socioculturais, como também, partem do interesse socioeconômico da própria sociedade envolvente que se utilizava destas narrativas para nivelar quais grupos estariam mais propensos ou não aos contatos interétnicos. Para tanto, “sua produção revelava a competência e probabilidade de integração deste grupo ao comércio, fosse ele destinado a subsistência local de colonos, aldeamentos e vilas, ou o mercado interprovincial”, (OLIVEIRA, 2018, p. 155).

Não distantes destas assertivas, Gomes (2017) comenta que a agricultura foi uma das atividades mais consagradas pelos ilustrados, inclusive, considerada entre as mais virtuosas práticas. Afinal, a idoneidade em produzir e preparar-se para o futuro demandaria uma forma pacífica e estável do sujeito e sua relação com seus pares, o que em muito esclarece o perfil de homens e mulheres que buscavam descrever e encontrar nos sertões meridionais.

A ausência de perspectivas futuras pelos nativos era um dos elementos que justificava o atraso dos mesmos e, por assim dizer, seu estágio ainda na infância do processo e de civilização. Nessa direção, “a indústria (representada pelo trabalho) controlaria a natureza e projetaria o futuro enquanto a moral (exercício do autocontrole) dominaria as paixões humanas”, (GOMES, 2017, p. 3-4).

Trazendo outros aspectos para o debate, é possível identificar algumas situações de trocas e contatos interétnicos entre Guaranis e a sociedade envolvente, as quais desvelam dados de interesse nativo e outros apreendidos a partir de estratégias utilizadas para aproximar os valores europeus. Dito isso, abaixo expõe-se dois pontos para pensar estas questões, ao Saint-Hilaire narrar que:

Os índios são apaixonados pelo fumo, e se poderia estimulá-los ao trabalho distribuindo cigarros aos mais laboriosos, obtendo-se com o restante da colheita consideráveis resultados. Era sem dúvida por meio idêntico que os jesuítas levavam os índios [...]. (SAINT-HILAIRE, 2002, 389-390)

O primeiro dado que chama a atenção (mas que não é uma novidade) diz respeito ao fato dos Guaranis terem apreço pelo fumo, o qual poderia ser plantado ou utilizado como produto para barganhar com não indígenas. Amoroso (1998) comenta que o paladar era a porta de entrada para o processo de civilização, visto que, ao acostumar as etnias indígenas ao gosto de determinados produtos, mantinha-se aberto o caminho para novas trocas, contatos e diálogos. Nesta acepção, Henrique (2017) expõe que o fumo, tal como outros objetos, era um dos instrumentos básicos utilizados pela política indigenista e ação de viajantes para criar alianças com os nativos. Portanto, servia para seduzir e atrair estes sujeitos aos interesses imperiais, sobretudo, estabelecer círculos de aliança e sociabilidade.

Partindo destas colocações, Oliveira (2018) explica que os objetos doados e trocados com os nativos possuíam dois objetivos centrais: o primeiro, caracterizava-se em despertar a curiosidade, o interesse e a cobiça indígena aos brindes e presentes entregues, os quais poderiam ser roupas, armas, ferramentas, alimentos, cachaça, fumo, entre outros. Em segundo lugar, iniciadas as relações de sociabilidade e demonstrada aberta a ponte entre uma cultura e outra, mantinha-se este mecanismo a fim de manter as redes de amizades e, por meio destas, operacionalizar a emigração de grupos nativos para aldeamentos, vilas ou espaços de trabalho e, quando

feito esse trânsito, mantê-los aldeados ou, em últimos casos, enquanto aliados em seus locais de origem. Diante do exposto, a narrativa de Saint-Hilaire desvela que a estratégia da doação de brindes, neste caso o fumo, era funcional, pois alimentava o interesse Guarani, sua lealdade, amizade e inserção nas dinâmicas de trocas e/ou produção do fumo.

No que se refere as menções de homens e mulheres, pode-se perceber que haviam poucas passagens específicas de homens, sendo destacados somente quando possuíam alguma relevância ao seu observador. As mulheres, por outro lado, são frequentemente apresentadas, seja em virtude de seus dotes físicos, labor desempenhado ou, no caso mais específico de Saint-Hilaire, sua liberdade sexual, como mostra em seu relato a seguir:

Se as mulheres guaranis se entregam aos homens com tanta facilidade, não é realmente tanto por libertinagem, se não em consequência desse espírito de servilismo que as impede de nada recusar. Aqui, a maior parte dos milicianos tem uma índia por companheira. Estas mulheres são úteis para eles, porque sabem lavar e costurar razoavelmente. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 277)

Mais do que uma mera observação, o viajante acaba por revelar os anseios que os homens não indígenas possuíam no que tange as Guarani que, para além de seus corpos e prazeres, a sua utilidade enquanto donas de casa. Por isso, aquelas que sabiam cozinar, costurar e cuidar de suas hortas, eram preferidas pelos colonos que encontravam nelas serviços e esposas, quando não amantes. Estas exposições impelem a concordar com Carvalho (2012) em relação a ideia de que entre indígenas e não indígenas criava-se um pacto que sustentava a lealdade entre ambos, fosse por meio do casamento, doação de brindes ou barganhas culturais que agregavam o poder integrador, o civilizador e o disciplinador. Esse sistema não se restringia a formas de violência, mas sim, de criação de grupos, hierarquias, trocas e obediências. Isso denota que o olhar social para uma Guarani casada com um miliciano não era o mesmo para outra solteira ou casada com um Guarani, pois a proximidade com os graus civilizatórios era diferente. Por isso, suas formas de tratamento também.

Em um de seus caminhos, Saint-Hilaire encontra um Guarani que contrasta com as narrativas anteriores vinculadas a inferioridade indígena, pois em muito se aproximava dos valores almejados pelos ilustrados no tocante as sociedades nativas. O fragmento a seguir é bem sugestivo sobre as apre-

ciações e surpresa dele ao encontrar um indivíduo que destoa das demais representações por ele delineadas:

O índio [...] é, entre os de sua raça, uma notável exceção. Além de saber ler e escrever, fala bem o português, anda bem vestido e é honesto; goza de certa riqueza; possui uma estância, cavalos e gado; disseram-me que administra metódicamente seus negócios e casou suas filhas com homens brancos. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 395)

O relato acima é interessante de se observar pois permite perceber a conexão com o ponto discutido anteriormente em relação aos brindes, afinal, o processo de interiorização da Coroa aos sertões meridionais e a busca pelo sucesso de sua empreitada utilizava de meios indigenistas para seduzir, atrair e cooptar etnias indígenas ao convívio dos valores europeus. Neste sentido, o que se revela acima, mais do que um projeto que pensa na inserção destes sujeitos e sua subsequente adoção de princípios civilizatórios, é desvelar o que para a época seria o sucesso de tais intentos.

Logo, se trata de um Guarani muito mais próximo da civilização do que de sua cultura tradicional, visto que, fazia uso do português, estava inserido em dinâmicas de mercado, era autônomo, laborioso, senhor de si e vinculado a premissas essencialmente europeias – sugeridas a partir da perspectiva de que era honrado, com certa riqueza e, ao casar suas filhas com não indígenas, revela sua inserção na sociedade e nos padrões hegemônicos.

Outro exemplo dessa aproximação e de mesclas culturais é apresentada por Saint-Hilaire quando descreve os Guarani utilizando roupas e, mais do que isso, enquanto batizados, mestiços e aptos a dialogar em sua língua materna e em espanhol. Estas balizas, neste contexto, serviam enquanto caracteres para nivelar não só seu grau na marcha para a civilização, como também, liames das relações interculturais, como bem destaca o viajante em sua narrativa a seguir:

Homens e mulheres, todos os que encontrei estavam sentados no chão; os homens nada faziam, mas as mulheres se ocupavam nas costuras. Algumas até bem vestidas para a gente do campo; muitos homens vestiam apenas um calção de fazenda e grande parte das mulheres, uma saia e blusa de algodão. As aldeias donde esses índios são originários tinham sido fundadas pelos jesuítas; os homens são, por tanto, batizados; muitos mestiços; falam o guarani, mas todos sabem o espanhol. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 359)

Neste fragmento é possível identificar não só

aspectos referentes as características dos Guaranis e a sua divisão do trabalho – fato recorrente nas narrativas e, na medida do possível, buscando talvez aproximar-los dos valores civilizatórios –, mas outra acepção também frequente em seu relato: a referência aos jesuítas. Segundo Gomes (2017), a presença e diálogo entre estas teias sociais oportunizava a doutrinação indígena, aprendizagem, tradução e mesclas culturais que, partindo da persuasão jesuítica, objetivava aproximar os nativos dos benefícios da civilização por meio da conversão e reunião dos mesmos em aldeamentos planejados pelo Império e administrados por eles. Além disso, o viajante criticava a aproximação entre nativos e colonos, pois argumentava que dessa união tinha-se como resultado a truculência nos tratos dos indígenas, opressão e afastamento dos dogmas católicos.

Frente a estas descrições, Saint-Hilaire argumentava que a presença de um bom tutor introduziria os Guaranis ao trabalho regular e aos novos padrões morais, colocando-os sob uma disciplina a fim de que fossem verdadeiramente felizes. Os intentos e as estratégias utilizadas por esta ação filantrópica, segundo o viajante, são narrados da seguinte forma:

Começo por atraí-los aos arredores de minha habitação por pequenos presentes. Ficarão certos de receber víveres todas as vezes que prestarem o menor dos serviços. Habituo-os pouco a pouco ao trabalho; compreendem, em breve, a vantagem de cultivar a terra; fixam-se perto de minha habitação, tornam-se vizinhos prestimosos, e, completo-lhes a civilização tornando-os cristãos. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 257)

Este fato pode ser explicado por Paiva (2003) quando o autor discorre que as trocas operacionalizadas entre estas esferas culturais ocorriam de modo rápido e forte, gestando a renovação, adaptação e tradução da cultura de um ao outro e vice-versa. Logo, os contatos e as trocas destes Guaranis com seus interlocutores culturais europeus, fomentaram um jogo de idas e vindas culturais que, no seio destas dinâmicas, permitiram o trânsito de elementos identitários, saberes e costumes. Segundo Oliveira (2018, p. 178), “essa mundialização do interior brasileiro só ocorreu graças às trocas materiais e imateriais que buscavam tornar estes universos mais próximos”.

A intersecção entre estes horizontes culturais distintos, pode ser articulada a partir da prática da mediação cultural, em que o coletivo e o singular oportunizam formas simbólicas de diálogos, mesclas e interações socioculturais. Frente a esta perspectiva, entende-se que:

[...] o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social. [...] É no espaço público que são levadas a efeito as formas da mediação, que trata-se do lugar no qual é possível tal dialetização das formas coletivas e as representações singulares. O espaço público é, por definição o lugar da mediação cultural. (LAMIZET, 1999, p. 9)

Por fim, as situações de interação e mesclas culturais se devem tanto as práticas de mediação quanto por seus mediadores, os quais cruzam fronteiras para encontrar seu ponto de intersecção entre as teias que compõe seus espaços comuns. Destinatários, aqui pensados enquanto não indígenas, e seus receptores, os Guaranis, apreciam comparações e confrontos de valores e, para além desta dicotomia, tecem estratégias para alçar seus interesses que podem ser a integração de um nativo aos valores europeus, ou o contrário, um Guarani estabelecer os seus mecanismos e critérios a fim de alcançar objetivos, status e a participação em outra cultura sem apagar a sua identidade. Afinal, faziam uso de elementos específicos para dialogar com o ‘outro’ e, dentro de suas fronteiras culturais, utilizavam-se de suas singularidades entre os seus pares.

Língua, organização social, trocas de objetos e rede de sociabilidade se revelam enquanto instrumentos que fomentaram o contato e a manutenção da aliança entre Guaranis e a sociedade envolvente, cujos caracteres culturais oportunizaram sistemas de interações que não se utilizaram de formas de violências, mas sim, estratégias para inserir estes sujeitos aos anseios políticos, econômicos e culturais gestados nos princípios etnocêntricos, ou o contrário.

Pensando a partir de Gruzinski (2001), entende-se que as circunstâncias e situações variavam, de um lado se tem o fumo para transitar da cultura europeia para a nativa, e de outro o uso de balizas culturais europeias como língua, comércio e status social para também cruzar as fronteiras culturais, tanto um quanto outro desvela que é possível estabelecer pontos de identificação construídos por meio de diálogos, adaptações, concessões e traduções culturais daquilo que produz algum significado. Noutras palavras, “o fato é: o sistema foi funcional, criou pontos de trânsito entre as facetas culturais, rompeu as barreiras da diferença, fomentou a troca e a experiência de um aos elementos tradicionais do

outro”, (OLIVEIRA, 2018, p. 193).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando compreender e analisar as formas de percepção e representação das etnias indígenas, em especial a Guarani, esta pesquisa teve como preocupação apresentar as obras de Auguste de Saint-Hilaire e, por meio de suas narrativas, observar os aspectos por ele enfatizados, isto é, quais dados permitiam a interpretação de serem privilegiados em detrimento de outros.

Nesta acepção, foi possível identificar que a etnia Guarani foi destacada em seus relatos, apresentando-se assim, enquanto grupos disparetos que viviam em locais diferentes, contudo, coabitavam um espaço comum, os sertões meridionais. Por estes sertões, Saint-Hilaire viajou por dois anos, produzindo uma obra específica de suas aventuras em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul. No entanto, no decorrer das leituras, notou-se que, mesmo com essas titulações, transitava de uma província a outra, cujas idas e vindas estabelecia contatos e diálogos com nativos, colonos e sujeitos que, em muitos casos, permitiam que pernoitasse em suas residências.

As narrativas revelam-se enquanto fruto do contexto de formação de Saint-Hilaire, visto que, enquanto naturalista, suas impressões das paisagens e geografias, revelam que mais do que meras viagens, suas peripécias nos sertões meridionais pautavam-se em estudos e coleta de informações sobre suas gentes, espaços e potencialidades, os quais eram ni-velados conforme os graus de civilidade europeia. Noutras palavras, os indivíduos com quem criava redes de sociabilidade eram entendidos como mais próximos ou não dos valores europeus.

Face a estas colocações, a etnia Guarani se revelou interessante ao viajante por oportunizar interações com sujeitos que sabiam falar em guarani, espanhol e português. Boa parte dos grupos possuía seus cultivos agrícolas, tendo como base alimentícia o feijão, a abóbora e o milho. Sua estrutura social e política pautava-se na coletividade e demonstrava-se industrioso, fabricando suas roupas de algodão. Tanto o uso da língua espanhola e portuguesa quanto o tear são atribuídos aos Jesuítas que, como bem feitores e por meio da filantropia, ensinaram aos nativos estas práticas, permitindo trocas e adaptações culturais.

Para além das informações acerca da aparência

física, da aldeia ou do trabalho, a pesquisa permitiu a percepção de formas sutis de mesclas e trocas culturais entre estas teias sociais, as quais, por meio da mediação cultural, isto é, objetos e pessoas que faziam circular saberes, sabores e costumes, criavam pontos de intersecção entre um universo cultural e outro, entre elas, o casamento, a inserção ao comércio ou adoção de elementos mais específicos, como o fumo, roupas ou língua, cujo objetivo era a aproximação e interação entre indígenas e a sociedade envolvente – e, a partir destas, o posterior desenvolvimento da moral, do trabalho e da preocupação com o futuro.

FONTES

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina*. Brasília: Senado Federal, 2002.

REFERÊNCIAS

AMANTINO, M. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

AMOROSO, M. Catequese e Evasão: Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1998.

BORBA, T. Actualidade indígena. Curitiba: Typ. E Lytog. A vapor Impressora Paranaense, 1908.

CANIELI, D. E. *As populações indígenas nas narrativas das autoridades provinciais do Paraná: 1853-1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2001.

CARVALHO, F. A. L. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2012.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro:

ro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, R. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, L. F. Um estudo de caso sobre a mediação cultural. V Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

DELGADO, D. J.; CAUME, A. *Imagens do Cerrado: o olhar dos viajantes europeus no século XIX.* **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 09, n. 02, 1999.

GALMARINO, E. M. W. Viagem de Auguste de Saint-Hilaire ao Rio Grande do Sul: o que torna legítima a apreensão de um monumento enquanto documento. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GOMES, R. A. August de Saint-Hilaire, a história e a civilização dos povos: a humanidade entre práticas e representações. *Anais do Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, 2017. v. II.

GRUZINSKI, S. *Passeurs y elites católicas en las Cuatro Partes del Mundo: los inicios de la mundialización (1580-1640).* In: GODOY, S. O.; SALAZAR-SOLER, C. (ed). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX.** Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Instituto Riva-Agüero, Instituto Francés de Estudios Andinos, 2005.

HENRIQUE, M. C. Presente de branco: a perspectiva indígena dos brindes da civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2017.

KAPP, A. C. Tradição e experiência em Fernando Oliveira: reformas religiosas, cosmografia e história em Portugal do século XVI. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2018.

KURY, L. Viajante-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciência, Saúde- Manguinhos**, v. VIII, 2001.

Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Revista Intellèctus**, v. 2, n. 1 (2003).

LAMIZET, B. *La médiation culturelle.* Paris: L'Harmattan, 1998.

MAUAD, A. M. *Imagen e autoimagen do Segundo Reinado.* In: NOVAIS, Fernando (Dir.) **História da vida privada no Brasil 2: Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MIRANDA, L. F. A. *Viajantes do início do século XIX e a representação do sertão brasileiro.* **X Simpósio Internacional – Processo Civilizador**, UNICAMP FEF. I a 4 de abril de 2007, Campinas, SP.

MONTERO, P. **Deus na aldeia:** missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MONTEIRO, J. **Tupis, Tapuias e Historiadores:** estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre Docência em Antropologia – UNICAMP, Campinas, 2001.

MOSCATO, D. C. **O viajante não está só:** a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes científicos do século XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2017.

Viajantes leitores: algumas considerações acerca da presença das obras dos naturalistas luso-brasileiros setecentistas nos relatos de viagens do oitocentos. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, “Conhecimento histórico e diálogo social”, Natal – RN, 22 a 26 de junho de 2013.

NEVES, G. et al. *Mapas dos itinerários de Saint-Hilaire: viagem ao Rio Grande do Sul.* **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2007.

OLIVEIRA, A. P. S. Livros de viagens: relatos de viajantes estrangeiros e a zona de contato nas províncias do Norte do Brasil no século XIX (1809-1826). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, 2005.

OLIVEIRA, J. C. de. (Des)caminhos das Jornadas Meridionais: representações indígenas e estratégias de mediação cultural no contexto indigesto do século XIX. Dissertação (História, Cultura e Identidades). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

PARELLADA, C. I. **Vida indígena no Praná: Memória, presença, horizontes.** Curitiba: PROVOPAR, 2006.

PAIVA, E. F.; ANASTACIA, C. M. J. (orgs.) **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, os séculos XVI a XIX.** 2^a ed. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte, 2003.

PEZAT, P. R. **Auguste Comte e os Fetichistas:** estudo sobre as relações entre a igreja positiva no Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

PONTAROLO, L. P. **Francisco das Chagas Lima:** a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1809-1828). 112 f. Dissertação (mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2012

RUNDVALT, D. **Para além do cenário, do palco ou do pictóresco:** a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos do século XIX – Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Whither e Visconde de Taunay. Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidade). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

VARELA, A. G. Livros, leitura, impressos, bibliotecas e coleções na trajetória do naturalista e homem público José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1838). In: **O oitocentos entre livros, livretos, impressos, missivas e bibliotecas.** (Org) FERREIRA, T. B. C.; RIBEIRO, M. S. G. São Paulo: Alameda, 2013.

TAUNAY, A. **Entre os nossos índios:** Chanés, Terrenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaicurus, Caingangs. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1931.